

Educomunicação como atividade de trabalho: mediações na atuação profissional do jornalista-educomunicador

Bruno de Oliveira Ferreira

Marques de Melo (2012) afirma que o jornalismo está em crise no século XXI. Seus profissionais defrontam-se com um cenário de precarização do trabalho, com redações cada vez mais enxutas e que exigem um profissional polivalente e veloz, capaz de executar inúmeras tarefas relacionadas à produção noticiosa em curto espaço de tempo, além de desmotivar-se com o desprestígio que a profissão tem recebido ao longo da última década, em especial com a queda da obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo.

Soma-se a esse contexto certa frustração por parte desses profissionais que, ao ingressarem no ensino superior, acreditavam em um jornalismo capaz de transformar a sociedade, diferente deste que é hegemonicamente exercido nos maiores e mais poderosos meios de comunicação do país, que tratam a notícia como mercadoria, limitando o potencial desse sujeito, tornando-o um autôma-

to da produção de conteúdo. Dito de outro modo, a sensibilidade social que o sujeito jornalista possui deve ser deixada de lado para o exercício de sua profissão, quando esta está a serviço da classe dominante.

Há quem diga, por outro lado, que tempos de crise são tempos de oportunidade. Assim, há os profissionais que, ao perderem seus postos de trabalho nas empresas de comunicação, pelo descontentamento ideológico ou pelo desgaste relacionado à própria rotina produtiva buscam alternativas nas quais poderão exercer um jornalismo que cumpra com um papel social de contribuir com o debate público, com a criticidade e a reflexão plural acerca da realidade. Uma dessas alternativas tem sido o trabalho jornalístico em interface com a educação, ou com a educomunicação, conceito sistematizado pelo Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP, no final dos anos 1990.

A partir dessa mesma década, algumas organizações sociais brasileiras voltadas à educação e à defesa de direitos humanos de crianças e adolescentes são propostas por jornalistas. Alguns exemplos são a Cidade Escola Aprendiz, de São Paulo, uma iniciativa do jornalista Gilberto Dimenstein, a Cipó – Comunicação Interativa, de Salvador, proposta pela jornalista Ana Penido, a Andi – Comunicação e Direitos, de Brasília, proposta pelos jornalistas Âmbar de Barros e Gilberto Dimenstein, além de organizações propostas por grupos de jovens jornalistas recém-formados, como a Oficina de Imagens, de Belo Horizonte, e a Cibranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância e Adolescência, de Curitiba. Há ainda outras expressivas organizações e iniciativas de educomunicação que, como essas, não apenas foram idealizadas por jornalistas, mas que empregam profissionais da área para assumirem cargos que não se limitam, estritamente, a tarefas de redação, mas que envolvem execução e gestão de processos educativos voltados à comunicação e aos direitos humanos.

Além disso, é significativo o número de profissionais que se identificam como educomunicadores que possuem formação em jornalismo. De acordo com dados que levantamos para a Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), 32,7% de seus associados possuem for-

mação acadêmica em jornalismo¹, sendo a categoria profissional mais evidente da associação, seguida de pedagogos, licenciados em Letras e em História. É este rico cenário que nos mobiliza a compreender como jornalistas têm contribuído ao campo da educomunicação e a partir de que valores e recursos essa atuação tem se realizado.

Metodologia da pesquisa

Uma vez que pretendemos traçar um perfil do jornalista-educomunicador a partir de seu trabalho e aspectos de suas trajetórias de vida, procurando entreteçar essas variáveis, utilizamos o mapa das mediações, de Jesús Martín-Barbero (2009) associado ao dispositivo dinâmico em três polos, uma abordagem teórico-metodológica da ergologia.

No mapa das mediações a relação comunicação-cultura-política é colocada na centralidade de uma dinâmica de outras relações, mediadas por quatro instâncias: (1) **Sociabilidade**, que medeia a relação entre Matrizes Culturais e Competências de Recepção (Consumo); (2) **Ritualidade**, que medeia a relação entre Competências de Recepção (Consumo) e Formatos Industriais; (3) **Tecnicidade**, que medeia a relação entre Formatos Industriais e Lógicas de Produção; e (4) **Institucionalidade**, que medeia a relação de Lógicas de Produção com Matrizes Culturais.



Figura 1. Mapa das Mediações, de Jesús Martín-Barbero (2009).

Fonte: MARTÍN-BARBERO, 2009

1 Esse dado foi levantado por este pesquisador, junto aos associados da ABPEducom, na qualidade de diretor de Assuntos Profissionais e Formação Continuada, entre janeiro e março de 2017.

Tanto a partir da observação da atividade de trabalho dos sujeitos investigados, como dos depoimentos colhidos em entrevistas, tem sido possível perceber²: (1) No âmbito da Sociabilidade, as relações de trabalho associadas ao repertório formado, em sua integralidade, ao longo da trajetória dos profissionais; (2) da Ritualidade, o *modus operandi* da atividade laboral e a maneira como o profissional o desempenha; (3) da Tecnicidade, os recursos envolvidos em seu trabalho e o uso que fazem destes; e (4) da Institucionalidade, a relação entre os profissionais e destes com os espaços onde trabalham.

Nesse sentido, recorreremos também à abordagem ergológica, que contribui para esta pesquisa ao propor a reflexão acerca da complexidade da atividade de trabalho do jornalista-educomunicador, que não é um jornalista padrão, a serviço dos meios de comunicação hegemônicos. Para isso, a ergologia recorre a diferentes disciplinas que, integradas em uma espécie de dispositivo metodológico proposto por Schwartz, esquematizado por Durrive e adaptado por Fígaro (2008), visam a compreensão das inter-relações que há no mundo do trabalho.

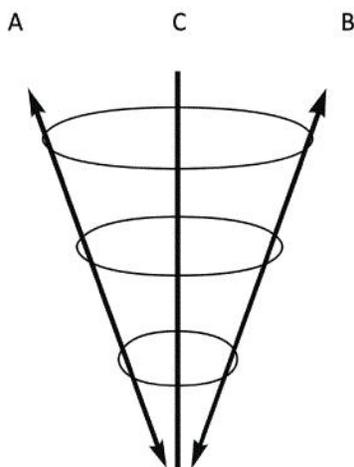


Figura 2. Dispositivo dinâmico de três polos proposto por Schwartz, esquematizado por Durrive (Schwartz, Durrive, 2007, p. 274) e adaptado por Fígaro (2008).

Fonte: FÍGARO, 2008.

2 Neste texto compartilhamos resultados parciais de uma pesquisa de mestrado, de nossa autoria, ainda em andamento.

Esse esquema, conhecido como dispositivo dinâmico de três polos, é representado por três eixos (A, B e C) que se colocam paralelamente em posição vertical, formando um cone. Temos, nessa representação um diálogo entre os conhecimentos da comunicação e outras disciplinas que permite o estudo de recepção (A), a atividade concreta de trabalho e as relações sociais que, nesse contexto, o sujeito estabelece (B) e a formulação empírica do processo de comunicação no mundo do trabalho (C). As esferas que compõem o cone representam as relações sociais – do micro ao macro – que envolvem a atividade de trabalho.

Assim, o Dispositivo dinâmico de três polos dialoga com as mediações do mapa de Martín-Barbero, tensionando o repertório do profissional, as atividades que desempenham no cotidiano de trabalho e o que dizem sobre o trabalho que desenvolvem.

Educomunicação, trabalho e atividade jornalística

A abordagem ergológica discute o emprego da ontologia do ser na atividade laboral, o que dialoga com a deontologia da educomunicação e com os princípios de Paulo Freire (2011), que critica a mecanização do trabalho, à qual a educação hegemônica está a serviço: “a questão está em que pensar autenticamente é perigoso. O estranho humanismo desta concepção ‘bancária’ se reduz à tentativa de fazer dos homens o seu contrário – o autômato, que é a negação de sua ontológica vocação de *ser mais*” (FREIRE, 2011, p. 85).

A perspectiva de Freire dialoga com a visão de György Lukács (2013), pensador marxista, para quem o ser social relaciona-se com a vida real, nela intervindo e transformando-a, sendo, nesse agir, transformado em sua condição humana. Assim, Lukács compreende o ser social como alguém que responde à necessidade com o trabalho, indagando-se, nesse processo, sobre os meios adequados para atingir sua finalidade, isto é, para operacionalizar a vida, a partir das provocações que a realidade cotidiana o faz. Trata-se, portanto, de um processo consciente, em que o ser pensa antes, durante e após a atividade de trabalho, avaliando-a, aperfeiçoando-a e ressignificando-a.

Assim, inter-relacionar educomunicação e trabalho é voltar-se a uma concepção humana de atividade laboral, em que o ser coloca toda a sua personalidade

na atividade, exercendo-a com liberdade de autoria. Por isso, princípios que alicerçam a educomunicação – como liberdade de expressão, diversidade, horizontalidade, solidariedade etc. – admitem a perspectiva ontológica do ser e de sua atividade, isto é, de intervir no mundo segundo sua particularidade, sua identidade singular, construída nas relações sociais.

No entanto, modelos hegemônicos no mundo do trabalho, como o Taylorismo e o Fordismo e suas derivações atuais que racionalizam o trabalho e acabaram por provocar um estranhamento no trabalhador que não conhece o seu próprio trabalho, mas apenas a especificidade de sua função dentro da cadeia produtiva. Trata-se de um processo de alienação, que acontece num contexto de transnacionalização do capital, o que reflete diretamente no mundo do trabalho, acentuando suas contradições e fragmentações. Essa lógica é reproduzida no âmbito do trabalho jornalístico que, conforme discutimos anteriormente, vive uma crise também em razão da precarização do trabalho, que envolve, entre outras questões, uma demanda por alta produtividade por parte do profissional, que dificulta o exercício de sua subjetividade e criticidade em sua atividade de trabalho.

Essa noção de trabalho é enfatizada pela escola, seja no discurso, seja nas práticas pedagógicas, voltadas a ensinar a obedecer, a competir, a não questionar, a simplesmente executar tarefas, o que se estende ao ensino superior e à formação do jornalista brasileiro. De acordo com Fernanda Lima Lopes (2013), as diretrizes da Ciespal, que tornou-se hegemônica no ensino de jornalismo no Brasil, propôs, ainda na década de 1960, a formação de um perfil polivalente de jornalista. Essa concepção seguia uma tendência norte-americana mais centrada na função do jornalista no mercado de trabalho e na necessidade de responder a demandas tecnicistas, que envolviam o manejo de técnicas, métodos e conteúdos importados pelo país dos Estados Unidos.

Apesar de um direcionamento mercadológico do ensino superior de comunicação social, o jornalismo é deontologicamente orientado por princípios de cidadania, uma vez que se propõe como instância mediadora do espaço público da sociedade. Ciro Marcondes Filho (2000) explica que o jornalismo surge no contexto de ampliação do espaço público, promovido pela Revolução Francesa,

em 1789, consequência da descentralização do poder e dos meios de produção, o que promoveu maior difusão de informações e ideologias no período. O jornalismo como negócio é posterior ao que o autor chama de “primeiro jornalismo”, cujo compromisso era com a ampliação do direito à informação e a serviço dos novos movimentos políticos, contra-hegemônicos. Reforçando o caráter público do jornalismo, os autores Bill Kovach e Tom Resenstiel (2004) destacam os valores que permeiam a prática jornalística:

- a primeira obrigação do jornalismo é com a verdade;
- sua primeira lealdade é com os cidadãos;
- sua essência é a disciplina da checagem;
- seus praticantes devem manter independência de quem estão cobrindo;
- deve funcionar como um monitor independente do poder;
- deve apresentar um fórum para a crítica pública e o compromisso;
- deve lutar para transformar o fato significativo em interessante e relevante;
- deve manter as notícias compreensíveis e equilibradas;
- seus praticantes devem ter liberdade para exercer a consciência pessoal. (KOVACH e RESENTIEL, 2004, p. 22-23).

Nessa perspectiva, Dennis de Oliveira (2014) defende uma práxis jornalística capaz de discutir a realidade, de abordar suas nuances e a profundidade das questões sociais. Inspirado em Paulo Freire, o autor entende que o jornalismo deve atuar no sentido de contribuir para a emancipação do oprimido. Para tanto, o jornalismo não apenas deve narrar fatos, mas procurar interpretá-los criticamente, posicionando-se frente a eles. Assim, o jornalismo é incorporado às práticas educativas e sociais como meio de promover a circulação de ideias, fomentar debates e também a apropriação de uma vertente da comunicação social por grupos que, historicamente, não têm suas questões na agenda dos meios de comunicação de massa.

É, portanto, em uma perspectiva pública, voltada à emancipação dos sujeitos, que o jornalismo é empregado nas práticas educacionais, seja no ensino das técnicas jornalísticas que visa estimular a expressão e a descoberta da realidade pelos sujeitos a partir de seus procedimentos, além de subsidiar uma lei-

tura crítica das mensagens midiáticas, seja numa produção autoral do próprio jornalista, voltado às necessidades do campo da educação.

O trabalho educ comunicativo de jornalistas

Acompanhamos o trabalho de oito jornalistas em diferentes instituições de educação ou de educomunicação. Observamos atividades de quatro diferentes iniciativas³:

- Um *coletivo* paranaense composto por três jornalistas com histórico no terceiro setor, em projetos envolvendo comunicação, educação e direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens.
- Um *colégio* particular de Salvador, cuja gestora de comunicação da escola, além de dedicar-se à comunicação institucional do colégio, também acompanha e orienta estudantes na produção de rádio escolar e de outros registros midiáticos feitos por estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ao 2º ano do Ensino Médio. A educomunicação integra a política pedagógica da instituição.
- Uma *organização* da sociedade civil que atua com educação pela comunicação e que, atualmente, desenvolve projetos junto a adolescentes e jovens em situação de extrema vulnerabilidade social. Observamos o trabalho do coordenador de comunicação da organização, cuja atuação transita entre a gestão institucional ao trabalho de articulação de parcerias e formação de jovens em comunidades de Salvador.
- Uma *agência/escola*, cuja atividade educativa institucionaliza-se enquanto organização social, que originou-se do trabalho de educação para o jornalismo da agência de conteúdo que, mesmo sendo privada, sempre se dedicou a um trabalho social de formação de jovens em territórios periféricos da cidade de São Paulo. Da equipe fixa de sete colaboradores

3 Optamos por ocultar tanto o nome dos profissionais observados e entrevistados, quanto das iniciativas às quais fazem parte, uma vez que acompanhamos diálogos e situações privadas, sigilosas e delicadas que, no entanto, merecem atenção no contexto da pesquisa, em andamento, e nela serão problematizadas.

da agência/escola, cinco deles são jornalistas de formação. Conseguimos observar três deles em atividade de trabalho.

Foi possível identificar, no trabalho desses jornalistas, basicamente quatro tipos de atividades: (1) gestão de projetos de educomunicação, (2) formação política e/ou em comunicação/jornalismo de adolescentes e jovens, (3) gestão e assessoria de comunicação e (4) articulação de parcerias institucionais. Nessas ações, evidenciaram-se causas orientadoras de suas práticas, a maioria delas relacionadas à promoção e garantia de direitos humanos de adolescentes e jovens, como: prevenção ao HIV entre adolescentes e jovens, juventude em situação de rua, enfrentamento ao *bullying* e *ciberbullying*, enfrentamento à desinformação (*fake news*) e alimentação como modelo de negócio de grupos da periferia.

Os profissionais que atuam nessas iniciativas tiveram experiências públicas e políticas em diferentes momentos de vida – há os que desde a adolescência participam de conferências, de projetos de comunicação da escola, construíram propostas de intervenção em espaços públicos aos que, após formados, decidiram desenvolver projetos de comunicação junto a jovens em bairros periféricos, atividades que atribuíram à comunicação e ao jornalismo um sentido público, voltado necessariamente à emancipação dos sujeitos e à transformação social.

Isso se aplica ao coordenador de comunicação da *organização*, que desde a adolescência participa de projetos voltados à formação cidadã. Segundo o profissional, foi numa outra organização social que ele teve seu primeiro contato com o campo da comunicação e consolidou suas primeiras referências na área. Educadores que admirava eram jornalistas de formação, a partir dos quais compreendeu a função pública da comunicação social, que sempre fez parte de sua atividade profissional.

Também a assessora de comunicação do *colégio*, antes de decidir pelo jornalismo como carreira, envolveu-se como missionária em projetos da igreja católica que utilizavam metodologias de educação e de comunicação populares. Assim, ela se profissionalizou como radialista para mediar a elaboração de programas de rádio no contexto desses projetos sociais, experiência que a motivou a se-

guir a carreira de jornalista e, após formada, a atuar na área de educação. Esses profissionais, ao se aproximarem da educomunicação na condição de jornalistas formados, passam a buscar instituições que comungam dessa perspectiva transformadora de comunicação que construíram em experiências anteriores.

Essa perspectiva se repete também com profissionais que, mesmo sem ter participado de projetos ou movimentos sociais antes da experiência acadêmica em jornalismo, se sensibilizam ao perceber o potencial transformador da comunicação em uma atividade educativa. Esse é o caso de uma colega do coordenador da *organização*, que também entrevistamos. Ela afirma não ter tido contato com movimentos ou projetos sociais antes de sua primeira graduação, em Rádio e TV, mas que, ao tomar conhecimento de um projeto de audiovisual com adolescentes de Salvador por meio de uma reportagem de TV, na organização em questão, buscou tornar-se colaboradora da instituição.

Há ainda casos em que os jornalistas empreendem iniciativas com propósito socialmente transformador. Estes, porém, ao tomarem essa decisão são motivados por condições materiais específicas. O *coletivo*, por exemplo, possuía experiência profissional com educomunicação consolidada em outra organização social que encerrou suas atividades. Nesse lugar, desenvolveram expertise em captação de recursos por meio de editais e conhecimento dos espaços públicos e de lideranças a partir das quais poderiam mobilizar jovens a participar de atividades propostas. Além disso, o acesso a recursos tecnológicos, a posse de aparelhos e *softwares* para trabalho com edição de vídeo e fotografia e as habilidades do grupo em edição, mobilização e mediação de atividades com jovens favoreceram a constituição de um grupo de profissionais que não dependem integralmente de uma instituição para propor, executar e gerenciar projetos. No entanto, recorrem a parcerias para apoio jurídico, sem o qual não conseguem captar recursos e concorrer a editais.

A *agência/escola* começou sua atividade com um projeto de *fanzine* numa organização de um bairro de periferia da zona sul de São Paulo, que logo de início ganhou uma proporção maior do que a esperada tanto pelas proponentes quanto pela organização que acolheu o projeto. Essa primeira experiência fez com que as fundadoras da iniciativa deixassem seus empregos numa editora

que, segundo uma delas informou em entrevista, “deixava de ter sentido” para empreender uma iniciativa de educação para o jornalismo.

Mediações no trabalho de jornalistas educadores

As trajetórias pessoais desses sujeitos, que contribuíram para que desenvolvessem sensibilidades e percepções específicas acerca do papel social do jornalismo, aplicando-o, no âmbito da institucionalidade, em atividades de trabalho vinculadas a grupos e organizações sociais, também deve ser discutida no âmbito da sociabilidade. Nesse sentido, as matrizes culturais desses sujeitos são centrais tanto em sua formação humana, cujo sentido ideológico foi o de conformar a comunicação como meio de transformação social, possível a partir das experiências desses sujeitos em diferentes espaços públicos, quanto na busca ou proposição de espaços formais nos quais essa cultura pudesse ser exercida também como atividade de trabalho. Trata-se, nesse interim, de buscar empregar suas subjetividades atreladas à função social da comunicação e do jornalismo numa prática profissional correspondente com o que o sujeito é e espera que seu trabalho provoque na sociedade.

As iniciativas estudadas, uma vez que trabalham com educação para a comunicação ou com educcomunicação, utilizam instrumentos diversos de comunicação para amplificarem as vozes de adolescentes e jovens, incorporando-os nos processos formativos desses sujeitos. Estes, aliás, é um importante momento da atividade de trabalho desses profissionais, em que é possível perceber uma pedagogia em comum adotada tanto no *coletivo* quanto na *agência/escola*, iniciativas na quais presenciamos atividades formativas e que envolvem um menor número de profissionais. Um aspecto dessa pedagogia diz respeito à condução coletiva das aulas ou oficinas.

Talvez por ser a iniciativa de menor complexidade institucional e com o menor número de profissionais envolvidos, foi no *coletivo* que observamos uma maior interação entre seus integrantes: acompanhamos um dia de trabalho que foi dedicado à reunião semanal da equipe e fechamento, nesse mesmo dia, de um projeto a ser submetido a um edital público. Desse último processo, dois dos três integrantes foram responsáveis por sua finalização. O dia seguinte foi de formação de adolescentes de uma escola pública, da qual todos os três inte-

grantes estiveram presentes na facilitação da atividade. A premissa do “fazer junto” é bastante exercida pelo coletivo, justamente em razão da natureza desse grupo de amigos, que já convivem há alguns anos e possuem uma relação de amizade e confiança evidente.

Isso se evidencia, por exemplo, na casa de uma das integrantes do grupo, na qual ficamos hospedados e a partir da qual as reuniões online foram acompanhadas. A única foto presente na sala de estar da profissional é dela entre os dois colegas do *coletivo*, emoldurada em um porta-retratos posicionado em lugar de destaque no *hack*, que ocupa um lugar central no ambiente. Havia ainda duas instalações na parede do quarto dela: dois bonecos desenhados em cartolinas e que foram usados numa atividade formativa sobre gênero e sexualidade proposta pelo coletivo. Observamos, portanto, que o trabalho confunde-se, neste caso, com a pessoalidade da profissional, que utiliza produtos elaborados no âmbito de seu trabalho como decoração de sua casa, destacando-o, assim, como parte importante de sua vida.

Quanto à *agência/escola*, cujas principais atividades acompanhadas foram formativas, observamos semelhanças na forma da condução da atividade com os jovens participantes: três educadores participaram do fechamento das produções do primeiro módulo do curso de jornalismo que promovem, sendo dois deles jornalistas de formação. O processo foi conduzido especialmente por um deles, responsável por finalizar as produções audiovisuais dos grupos, que opinaram sobre o trabalho do profissional e este justificava ao grupo (tanto aos colegas educadores quanto aos jovens produtores) suas escolhas no processo de edição. Em outra aula, a equipe de formadores não apenas conduziu as dinâmicas propostas, mas também participou delas, compartilhando suas referências pessoais aos jovens e complementando-se entre si nos comentários. Essa maneira de condução das atividades formativas e de gestão presente no *coletivo* e na *agência/escola* revelam a natureza educadora de seus profissionais e educadora dos processos formativos que propõem, uma vez que dispostos ao diálogo e à horizontalidade nas relações, empregam esses princípios no ato de ensinar.

Na *organização* e no *colégio*, embora haja diálogo entre os profissionais de jornalismo ou entre jornalistas e demais integrantes de suas equipes e instituições, a maneira como este se dá é diferente, em razão, provavelmente, da maior complexidade institucional. Ambos os profissionais atuam em departamentos dentro de suas instituições, que possuem papéis específicos e algumas ações entrelaçadas com outras instâncias das referidas instituições. A profissional do *colégio* atua numa assessoria de comunicação que, entre as diversas atividades desenvolvidas, também orienta e acompanha a rádio escolar e outras produções midiáticas da escola. Assim, o *modus operandi* que se destaca é de um departamento de comunicação que, mesmo responsável pela iniciativa de educomunicação, trabalha sob uma lógica de produção de conteúdo que requer agilidade e factualidade.

Também a atividade do coordenador de comunicação da *organização* parece mais distanciada do tipo de interação identificada nas iniciativas de menor complexidade institucional, que não estão organizadas em departamentos. Nesse caso, as interações foram evidenciadas mais no âmbito da gestão da organização do que da execução das atividades, em que o coordenador dedicava-se à produção e orientação da produção de peças de comunicação, mediado por recursos tecnológicos, com sua equipe. Portanto, os arranjos institucionais refletem na maneira como a educomunicação se manifesta nas diferentes frentes de atuação do jornalista.

Considerações finais

Ao longo deste texto, procuramos organizar linhas de raciocínio acerca das mediações inicialmente identificadas sobretudo a partir da observação dos profissionais mencionados em atividade de trabalho. Não quisemos, para tanto, aplicar o mapa das mediações de Martín-Barbero em sua literalidade e isolando seus eixos, mas descortinar aspectos que medeiam esse trabalho que se vinculam, em muitos casos, a mais de uma instância mediadora. Constatamos que aspectos relacionados aos valores, crenças e visão do jornalismo com meio de transformação social, que no âmbito deste estudo podem ser classificados como matrizes culturais desses sujeitos, advém e se voltam tanto à sociabilidade quanto à institucionalidade proposta ou vinculada a esses sujeitos, uma

vez que foi no âmbito de movimentos sociais e de outras organizações que boa parte desses profissionais sensibilizaram-se para questões sociais, adotando referências, estabelecendo vínculos e afetos com profissionais de comunicação e do jornalismo, o que os inspirou a buscar ou a propor, na condição de jornalistas, iniciativas que acolhessem e/ou dialogassem com esse sentido construído. Também ritualidade e tecnicidade encontram aderência às instâncias anteriormente explicitadas, uma vez que o *modus operandi* adotado por esses sujeitos no mundo do trabalho – o que envolve recorrer ao uso de redes sociais, aplicativos para conversas online etc. – dialoga tanto com as lógicas de produção das instituições e grupos aos quais pertencem esses sujeitos (e são, portanto, permeadas dos valores pessoais e coletivos que atribuem importância aos processos coletivos de construção e a uma estrutura de gestão mais horizontal e democrática), quanto às suas competências de recepção, isto é, às diferentes formas como os sujeitos significam a cultura, atribuindo-lhe valores específicos, e se apropriando dos recursos materiais disponíveis de acordo com as finalidades de seus projetos. Assim, ritualidade e tecnicidade são permeadas por esses valores, uma vez que o *modus operandi* desses profissionais em atividade de trabalho e o uso e apropriações dos recursos materiais envolvidos em suas práticas são orientados por seus valores e pelas pautas que propõem e defendem. Por fim, acreditamos que o jornalismo revela-se como um meio de transformação social, uma vez que foi eleito como carreira pelos sujeitos com vivência anterior na área social ou que foi exercido de modo a contribuir com a emancipação de outros sujeitos, em processos educativos propostos ou executados por esses profissionais. Empregá-lo, no contexto da educomunicação, não significa deixar de exercê-lo, mas resgatar a sua essência deontológica negligenciada pelos interesses hegemônicos.

Referências

- FÍGARO, Roseli. Atividade de Comunicação e de Trabalho. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Fiocruz. v. 6 n.1. mar./2008. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000100007
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- KOVACH, Bill; RESENTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo. O que os jorn
- LOPES, Fernanda Lima. *Ser jornalista no Brasil*. Identidade profissional e formação acadêmica. São Paulo: Paulus, 2013.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e Jornalismo*. A saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações*. Comunicação, cultura e hegemonia. 6. ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2009.
- MARQUES DE MELO, José. *História do Jornalismo*. Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012.
- OLIVEIRA, Dennis de. *Jornalismo e ação cultural pela emancipação*. Uma práxis jornalística com base nos conceitos de Paulo Freire. Tese de livre-docência. São Paulo: ECA/USP, 2014.

Sobre o autor

Bruno de Oliveira Ferreira é mestrando em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), especialista em Educomunicação pela mesma instituição e jornalista formado pela Universidade Metodista de São Paulo. Diretor de Assuntos Profissionais e Formação Continuada da ABPEducom, trabalha há oito anos na execução e gestão de processos e projetos de educomunicação. É docente de Comunicação no Senac São Paulo e formador de professores e agentes culturais em políticas públicas de educação e cultura no município de São Paulo. Atuou ainda como gestor de comunicação e editor de revista, portal de notícias e site institucional da Viração Educomunicação.